



UMA FORÇA
DOS CONSUMIDORES

Diário do Alentejo

JORNAL REGIONALISTA INDEPENDENTE • SAI ÀS SEXTAS-FEIRAS • DIRECTOR: ANTÓNIO JOSÉ BRITO • ANO LXXII • Nº 1137 (II SÉRIE) • 6 DE FEVEREIRO DE 2004 • € 0,80



Obras na estrada da Salvada arrancam no mês de Abril

OBRAS ORÇADAS EM UM MILHÃO E MEIO DE EUROS
DEVERÃO ESTAR CONCLUÍDAS EM OUTUBRO
CÂMARA MUNICIPAL DE BEJA CONSIDERA PROJECTO
DA ESTRADA MUNICIPAL 511 PRIORITÁRIO

A Câmara Municipal de Beja vai avançar com a construção de uma nova estrada entre a cidade e as freguesias de Salvada, Cabeça Gorda e Quintos. A nova via – pois da actual Estrada Municipal 511 o projecto apenas aproveitará a terraplanagem e

o traçado já existente – deverá começar a ser construída no início de Abril, estando o mês de Outubro apontado como prazo para a conclusão dos trabalhos da empreitada, que custará cerca de um milhão e meio de euros e foi adjudicada na quarta-feira. ► 20

Estalagem de cinco estrelas em S. Domingos

A antiga sede da administração mineira e residência ocasional dos directores da companhia inglesa Mason & Barry, concessionária da empresa La Sabina que até 1966 explorou a mina de São Domingos, vai dar lugar a uma estalagem de cinco estrelas, com capacidade para 62 camas. O novo empreendimento hoteleiro, cujo investimento ronda os cinco milhões de euros, permitirá, numa primeira fase, criar 16 postos de trabalho. A sua abertura está prevista para Dezembro. ► 13

Construções desenfreadas na aldeia de Luz

A nova aldeia de Luz, inaugurada em Novembro de 2002, corre o risco de se tornar num “desenfreado de construções”, dado que o Plano de Pormenor não está a ser cumprido. A denúncia é feita pelo presidente da Junta de Freguesia, que aponta o dedo à EDIA e à Câmara Municipal de Mourão. ► 10

Distrito de Beja registou menos acidentes mortais

O número de acidentes e de vítimas mortais diminuiu no distrito de Beja em 2003. Segundo dados do Governo Civil, registaram-se menos 230 sinistros e o número de mortos desceu 16,2 por cento. Ainda de acordo com os mesmos dados, a distração do condutor é apontada como a principal causa dos acidentes verificados, seguindo-se o desrespeito à regra da prioridade e a velocidade excessiva. ► 9



ÁGUA DA BARRAGEM DE ALVITO CONTINUA A PERDER QUALIDADE

A água da barragem de Alvito, que abastece os concelhos de Portel, Viana do Alentejo, Cuba, Alvito e Vidigueira, está ainda em perfeitas condições para ser consumida pelas populações, mas esta situação não durará

mais de três anos. Segundo o presidente da Associação de Municípios do Alentejo Central, que integra aqueles cinco municípios, o envio de esgotos doméstico e de escorrências produzidas em várias explorações agrícolas está a

“degradar a qualidade da água de ano para ano”. O projecto que solucionaria os problemas detectados, apresentado pela associação há dois anos e meio, aguarda ainda aprovação por parte do Ministério do Ambiente. ► 3

Socialistas admitem participar no Alentejo XXI

O PS mudou de ideias e admite agora participar no Congresso Alentejo XXI que terá lugar nos dias 14 e 15, em Montemor-o-Novo. A decisão decorre da apresentação de propostas de alteração à estrutura e funcionamento do congresso pelo seu secretariado, nomeadamente o entendimento do mesmo como um espaço de intervenção de todos os alentejanos e a sua realização de três em três anos. Pita Ameixa diz, no entanto, que as mudanças ainda não são “totais e completas” em relação às pretensões dos socialistas. ► 2



Cláudio Torres: O homem que fez da memória desenvolvimento

Foi operário, estudante de Belas Artes, radialista e professor universitário. Mas Mértola estava-lhe predestinada e ele fez dela o seu projecto de vida.

LUÍS PITA AMEIXA, PRESIDENTE DA FEDERAÇÃO REGIONAL SOCIALISTA, “QUER VER PARA CRER”

PS participa no Congresso Alentejo XXI

O PS decidiu participar no Congresso Alentejo XXI, depois de o secretariado ter apresentado algumas propostas de alteração à sua estrutura, mas diz que “quer ver para crer”.

As propostas de alteração à estrutura e funcionamento do Congresso Sobre o Alentejo apresentadas pelo seu secretariado, nomeadamente o entendimento do mesmo como um espaço de intervenção de todos os alentejanos, a criação de uma comissão consultiva, a sua realização de três em três anos e a mudança de nome para Congresso Alentejo XXI, ainda que “não sejam totais e completas” em relação às pretensões do PS, pelo menos fizeram com que o partido mudasse de ideias e admita agora participar no fórum que terá lugar nos dias 14 e 15, na cidade de Montemor-o-Novo.

Recorde-se que os autarcas do PS têm vindo, ao longo dos anos, a contestar a forma de realização do congresso, assim como o seu conteúdo e sobretudo “o seu aspecto sectarizado”, o que no entender do presidente da Federação Regional do Baixo Alentejo do PS, “era uma coisa muito negativa para o Alentejo”. Apesar de admitida a participação dos socialistas no fórum, Pita Ameixa considera que este “deve ser visto como um congresso de transição”, que ainda está imbuído “do vício de



ter conclusões tiradas à partida, que são determinadas por interesses, sobretudo político-partidários, que têm uma concepção de unidade, que é diferente de unidade”. Verdadeiramente importante, garante, deverá ser o próximo congresso, a realizar, se a periodicidade for alterada, em 2007. “Esse sim deverá ser o congresso importante para o Alentejo”, reafirma.

Em relação à edição deste ano, o dirigente diz ainda que “há uma grande expectativa” para ver se, de facto, “o congresso é diferente dos anteriores ou não” – “É preciso um pouco ver para crer” – e espera que o mesmo “crie condições para que no futuro se possa realizar, de facto, um grande fórum, que una os alentejanos em determinados objectivos e que permita, sobretudo, um debate aberto e livre das questões principais”.

O presidente da Comissão Política Distrital de Beja do PSD, por sua vez, está convicto que o encontro de Montemor “ainda vai ser um pouco mais do mesmo”, ou seja, uma iniciativa que “infelizmente tem tido por regra alguma orientação desde o início”, que “não tem a ver com a forma como decorrem os trabalhos, mas com uma preparação prévia, o que leva a que nem sempre os resultados e aquilo que no final sai dos congressos seja aquilo que do nosso ponto de vista mais interessa à região”.

“Tenho expectativas muito baixas” admite Amílcar Mourão que acredita, no entanto, na bondade dos participantes e que “mais tarde ou mais cedo” os congressos poderão ter um papel muito importante. O dirigente espera, contudo, que esta edição, de alguma forma, “já dê alguma imagem de

abertura e uma imagem diferente daquilo que é o Alentejo nos dias de hoje”. “Enquanto o congresso continuar a aceitar ser um fórum para legitimar determinado tipo de opiniões que já não têm nada a ver com aquilo que é o Alentejo hoje em dia, provavelmente continuaremos a perder algum tempo, ainda que o Alentejo mereça com certeza que nós nos dediquemos e tentemos que as coisas corram o melhor possível”, conclui.

Bastante mais crítica é a posição do CDS/PP. Lourenço Féria, presidente da comissão executiva de Beja, diz não ter dúvidas que o Congresso Alentejo XXI é um congresso do Partido Comunista. “Este é um congresso de orientação de uma determinada força política em que as outras forças políticas são completamente descuradas”, diz o responsável, adiantando que o

os temas

“Alentejo, região portuguesa e europeia: os desafios da globalização e do desenvolvimento” é o tema geral do Congresso Alentejo XXI, que abarca ainda três temas específicos, nomeadamente “Despovoamento: como contrariar a tendência?”; “Base económica: diversificação e sustentabilidade, emprego e investimento”; e “Ordenamento: integridade territorial, equilíbrio e solidariedade”. ◀

mesmo “não diz nada ao CDS/PP”, até porque o partido “teve uma posição contra a regionalização”, e o congresso “ao fim e ao cabo procura levar por diante uma série de questões que estão absolutamente à revelia” da posição assumida. “Entendemos sim que para o Alentejo convém e era de toda a necessidade levar-se por diante uma situação conjugada, com esforços, mas aí terá de ser uma situação democrática, debatida”.

Já António Vitória, responsável da Direcção da Organização de Beja do PCP, garante que as edições anteriores do congresso “contribuíram para algumas questões em termos do Alentejo, de marcar posições em relação àquilo que se defende na região”. “Deram uma boa contribuição”, reafirma, ao mesmo tempo que lamenta é que “não tivesse havido um em-

penhamento geral de todas as forças políticas da região”, embora acredite que “agora estejam criadas melhores condições” para tal.

O próximo fórum será, assim, “como têm sido os anteriores”, “um grande ponto de encontro de todos os que desejam o progresso e o desenvolvimento do Alentejo, respeitando a pluralidade e diversidade de opiniões que naturalmente existem na região”, e de onde poderão sair ideias e convergências para o desenvolvimento do Alentejo. Quanto a possíveis alterações de estrutura e funcionamento em termos futuros, António Vitória considera que “desde que elas contribuam para um melhor congresso, para conseguir conciliar posições para o desenvolvimento da região”, o PCP não tem nada contra e irá trabalhar nesse sentido.

Um encontro que “contribua para a reflexão sobre o Alentejo e que consiga proporcionar algumas conclusões que alimentem depois as decisões políticas e sociais nas diversas propostas de desenvolvimento”, é o que espera também Alberto Matos, coordenador distrital do Bloco de Esquerda. “Naturalmente estes congressos não têm grande poder de decisão, são essencialmente fóruns de reflexão e é nesse sentido que têm a importância relativa, mas que não deve ser subestimada”, adianta o dirigente que, face a “uma conotação demasiado partidarizada dos congressos” sentida ao longo dos anos, vê com bons olhos “a abertura que tem sido feita”. ◀

O que pensa do congresso sobre o Alentejo?



MANUEL CASTRO E BRITO
Presidente da Associação de Criadores de Ovinos do Sul

O congresso do Alentejo, pelos vistos, não é para todos os alentejanos e enquanto isso se mantiver assim penso que não vai ter grande sucesso. Faz sentido é a remodelação do congresso. Nós recebemos um convite e não houve qualquer contacto posterior, quer dizer, são situações muito impessoais e isto penso que é na continuação, na linha, de todos os congressos do Alentejo. Quanto muito estão a falhar na promoção. É preciso uma aproximação às várias entidades, se é que seja necessário que o congresso tenha sucesso e tenha uma imagem diferente dos anteriores. ◀



JOSÉ ANTÓNIO FALCÃO
Director do Departamento do Património Histórico e Artístico da Diocese de Beja

O Alentejo anda tão esquecido, tão secundarizado no contexto político, social e económico nacional, que penso que todos os esforços que se façam para se falar dele são positivos. O Congresso Sobre o Alentejo é, nesta perspectiva, um fórum interessante. E quanto mais aberto for o modelo, e penso que as coisas caminham nesse sentido, mais fácil será congregar boas vontades e interesses em torno do Alentejo. ◀



JOÃO PAULO RAMOA
Governador civil de Beja

Esquecendo tudo o que está para trás, o congresso não é mais do que uma reunião em que as pessoas se sentam a debater os problemas e a encontrar soluções, rumos e objectivos, portanto, todos os fóruns que forem nesse sentido serão sempre bem-vindos. Agora, porque já somos tão poucos, se não tivermos unicidade nos nossos objectivos não conseguimos chegar a lado nenhum, portanto, se o congresso, esse ou qualquer outro fórum, tiver capacidade de reunir as várias sensibilidades e definir caminhos estratégicos comuns acho que tem a maior das pertinências e das mais valias, caso contrário torna-se redutor e acaba por não ser eficaz. ◀



LURDES HESPAGNOL
Dirigente do Sindicato dos Professores da Zona Sul

Faz todo o sentido um congresso sobre o Alentejo porque é sempre um espaço em que é possível os alentejanos expressarem as suas opiniões, as suas preocupações e entre si discutirem formas de lidar algumas questões que são extremamente gravosas para a região, outras que podiam ser benéficas e que não estão a ter os desenvolvimentos que era importante que tivessem, e consubstanciar essas opiniões e propostas num projecto de acções que possam vir a tirar a região do marasmo em que tem sido votada pelos sucessivos governos. É evidente que não é aqui que reside a solução total do problema, mas o congresso pode ser um impulso positivo em relação às questões da região. ◀



VÍTOR SILVA
Presidente da Região de Turismo da Planície Dourada

Hoje mais do que nunca faz sentido a realização do Congresso Sobre o Alentejo. Neste momento, face até à proposta de divisão administrativa que o Governo propôs às autarquias, parece-me que o congresso é um dos espaços preferencias, onde esse tipo de coisas possa vir a ser discutido. Por outro lado, havendo neste momento uma certa pacificação entre as forças políticas e os agentes sociais, que levaram das outras vezes a que houvesse algumas vezes uma espécie de boicote ao congresso, penso que estão de facto criadas as condições para que o congresso seja, talvez pela primeira vez, um congresso verdadeiramente aberto a todos e a todas as opiniões. ◀

POUSADAS DE PORTUGAL
Desde 1942

POUSADA DE S. FRANCISCO
Largo Dr. Nuno Álvares Pereira – Beja

A pousada da cidade!

Diário do Alentejo

JORNAL REGIONALISTA INDEPENDENTE • SAI ÀS SEXTAS-FEIRAS • DIRECTOR: ANTÓNIO JOSÉ BRITO • ANO LXXII • Nº 1138 (II SÉRIE) • 13 DE FEVEREIRO DE 2004 • € 0,80



Carlos Beato lidera AMD Beja

PRESIDENTE ESPERA QUE O SEU TRABALHO CONTRIBUA PARA AFIRMAR UM ALENTEJO MAIS FORTE
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA AMDB É PRESIDIDO PELA PRIMEIRA VEZ POR AUTARCA DO LITORAL

Carlos Beato, presidente da Câmara de Grândola eleito pelo PS, foi designado, por unanimidade, na última reunião da assembleia intermunicipal, para presidir ao conselho de administração da Associação de Municípios do Distrito de Beja, sucedendo assim

a José Maria Pós-de-Mina, de Moura, sendo a primeira vez que um autarca do Litoral Alentejano assume tais funções. Na mesma reunião foram ainda eleitos os restantes membros do conselho de administração e a mesa da assembleia intermunicipal. ► 2

ALENTEJO XXI PROMETE SER MOMENTO DE VIRAGEM

CONGRESSO QUER CRIAR ESPAÇO DE INTERVENÇÃO PARA TODOS OS ALENTEJANOS À MARGEM DE DIVERGÊNCIAS PARTIDÁRIAS
DAS CERCA DE DUAS DEZENAS DE INDIVIDUALIDADES OUVIDAS PELO “DA” A GRANDE MAIORIA VAI ESTAR PRESENTE

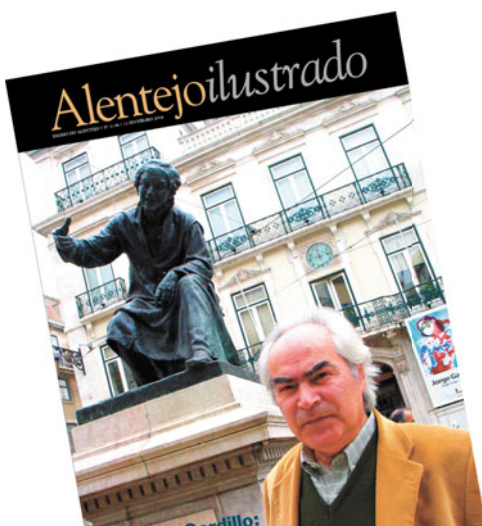
Há grandes expectativas em torno do próximo Congresso sobre o Alentejo, que decorre entre amanhã e domingo, em Montemor-o-Novo, já com a designação Congresso Alentejo XXI, como que abrindo portas à discussão sobre os novos desafios que se colocam a este vasto espaço do território português em início de novos século e milénio. À mudança de nome, juntam-se ainda outras duas novidades: a criação de uma comissão consultiva e a realização

do evento de três em três anos. Criar um espaço de intervenção para todos os alentejanos, à margem das divergências partidárias e da diversidade de interesses sectoriais – que sempre existirão em estruturas democráticas – no sentido de consensualizar posições que se materializem numa espécie de “voz dos alentejanos”, consequentemente mais audível em Lisboa e Bruxelas, é a grande meta do evento, embora há quem espere “mais do mesmo”. ► 3



Cáritas Diocesana de Beja abre-se ao exterior

Divulgar a Comunidade Terapêutica Horta Nova, cuja taxa de ocupação usualmente ronda os 50 por cento, incentivar o voluntariado, em articulação com outras entidades da região, melhorar os serviços do apoio domiciliário e reforçar as ajudas prestadas aos imigrantes são alguns dos projectos a curto prazo da nova presidente da direcção da Cáritas Diocesana de Beja, Maria Teresa Chaves, que sucede a Manuel Monge. ► 11



Alberto Gordillo: “Voltarei ao Alentejo nem que seja com o vento”

Natural de Moura, Alberto Gordillo foi o introdutor da joalheria moderna em Portugal. Autor de peças ousadas e “extravagantes”, que chocavam um público habituado à ourivesaria tradicional, Gordillo é ainda hoje, aos 60 anos, um ser inquieto.

CONGRESSO EM MONTEMOR-O-NOVO

Alentejo XXI promete momento de viragem

Há grandes expectativas em torno do próximo Congresso. O Secretariado fala do início de um “novo ciclo” mas há quem espere “mais do mesmo”.

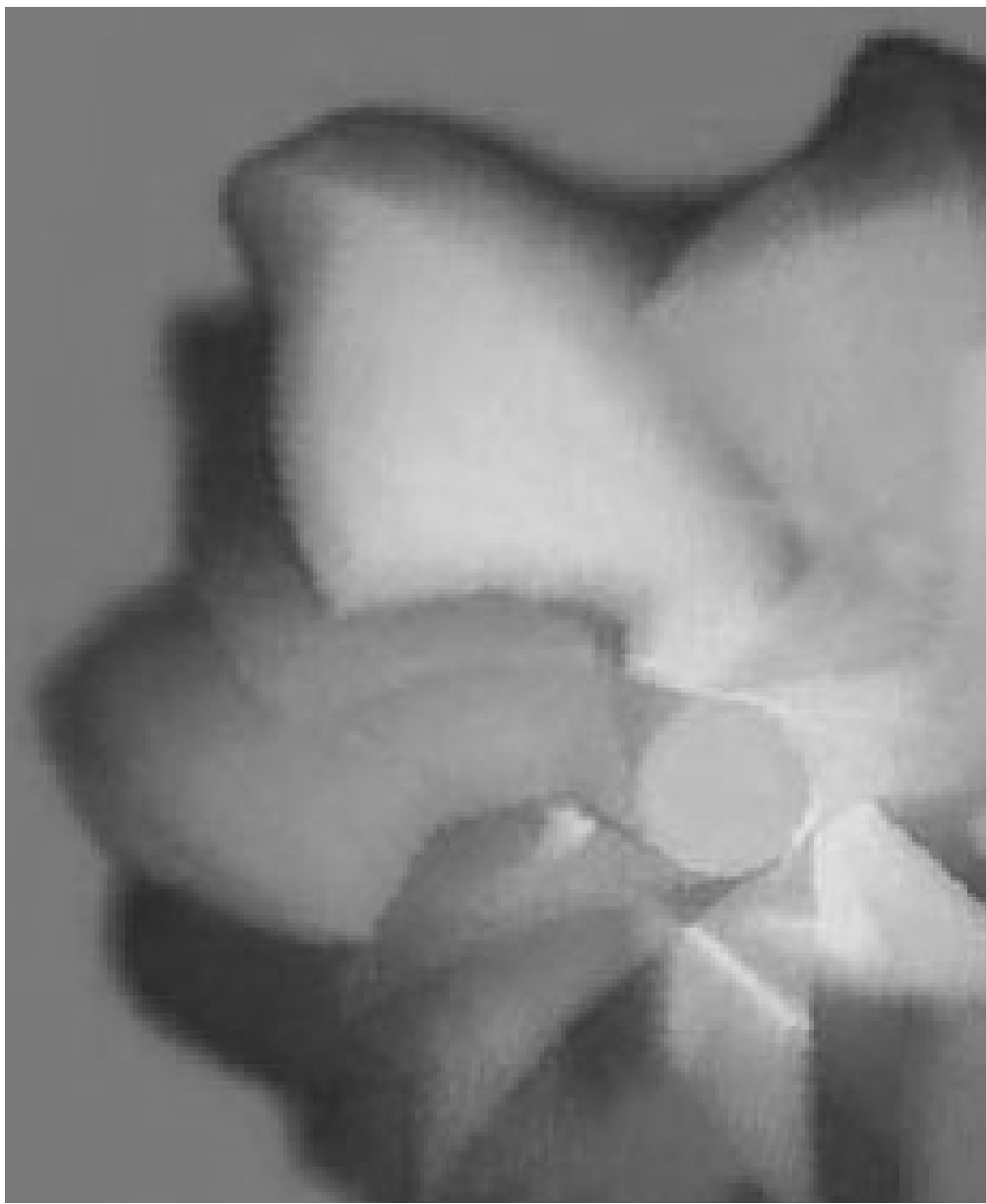
TEXTO CARLA FERREIRA

Há três anos, o projecto de Alqueva e a regionalização foram as questões que dominaram o debate em Monforte, na XII edição do Congresso sobre o Alentejo, que decorreu sob o tema “25 anos de Poder Local democrático no Alentejo – desenvolvimento, participação e qualidade de vida”. Amanhã, sábado, e domingo, Montemor-o-Novo acolhe mais uma edição do grande fórum da região, desta feita já com a designação de Congresso Alentejo XXI, como que abrindo portas à discussão sobre os novos desafios que se colocam a este vasto espaço do território português em início de novos século e milénio. À mudança de nome, juntam-se ainda outras duas novidades: a criação de uma comissão consultiva e a realização do evento de três em três anos.

O próprio tema geral –

“Alentejo, região portuguesa e europeia: os desafios da globalização e do desenvolvimento” – coloca a discussão num plano bem mais vasto. É que a velhos entraves como o despovoamento, a base económica e o analfabetismo, vêm agora juntar-se novas questões como a alteração da estrutura económica e social, o ordenamento do território, a reforma da Política Agrícola Comum (PAC) e a globalização, sobre as quais há que reflectir tendo em conta as suas implicações no futuro da região. Neste contexto, tal como avança o respectivo Secretariado, “o Congresso deve adequar-se às novas realidades, dar um salto qualitativo, iniciar um novo ciclo equilibrado entre o seu legado histórico e os desafios que se colocam à construção de um melhor futuro para o Alentejo”.

Criar um espaço de intervenção para todos os alentejanos, à margem das divergências partidárias e da diversidade de interesses sectoriais – que sempre existirão em estruturas democráticas – no sentido de consensualizar posições que se materializem numa espécie de “voz dos alentejanos”, consequentemente mais audível em Lisboa e Bruxelas, é a grande meta que o Congresso Alentejo XXI se propõe alcançar. Uma tarefa tanto mais



difícil quanto numerosas são as vozes cépticas quanto ao que se pretende desta 13.ª edição. Os socialistas, que sempre criticaram o “aspecto sectarizado” e a “concepção de unicidade” de anteriores edições – chegando a excluir a hipótese de participar no fórum – querem “ver para crer”, como disse ao “Diário do Alentejo”, na sua última edição, Luís Pita Ameixa, presidente da Federação Regional do Baixo Alentejo. Igualmente de pé atrás está o PSD distrital, cujo líder, Amílcar Mourão acredita que o próximo Congresso ainda será “um pouco mais do mesmo”, ou seja, uma iniciativa que “tem

tido por regra alguma orientação desde o início”. Há quem vá mais longe e chame as coisas pelos nomes. Como Lourenço Féria, presidente da comissão executiva de Beja do CDS/PP, para quem o Alentejo XXI será um congresso do Partido Comunista.

Como se vê, este fim-de-semana os olhos estarão postos no Cine-Teatro Curvo Semedo, em Montemor-o-Novo. A sessão de abertura está agendada para as 10 horas de amanhã, seguindo-se-lhe uma sessão plenária onde serão colocadas as questões relativas ao modelo e à estrutura de congressos futu-

ros e introduzidos os temas de maior interesse para a região. A partir das 15 horas, a discussão passará a funcionar em painéis, o mesmo se passando na manhã de domingo (entre as 9 e as 10 e 45 horas), em torno destes três temas: “Despovoamento: como contrariar a tendência?”, “Base económica: diversificação e sustentabilidade, emprego e investimento”, “Ordenamento: integridade territorial, equilíbrio e solidariedade”. Antes da sessão de encerramento, pelas 12 e 30 horas, haverá lugar para novo plenário, onde já deverão ficar esboçadas algumas conclusões. ◀

a história

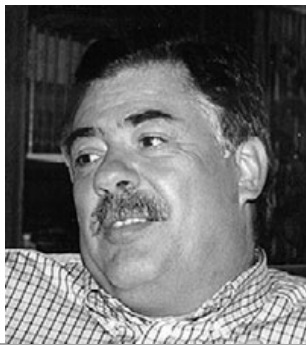
Falta um ano para que se completem duas décadas sobre a realização, em Évora, do I Congresso Sobre o Alentejo, onde se reuniram cerca de 600 participantes. Uma ideia que vinha já da década de 40, de círculos próximos da Casa do Alentejo em Lisboa, e que teve o seu embrião nos I e II Congressos de Imprensa Alentejana. De 1985 para cá, o grande fórum dos alentejanos calcorreou várias cidades e vilas da região, tais como Beja (1987 e 1992), Elvas (1989), Sines (1991), Portalegre (1993), Évora (1995), Moura (1996), Estremoz (1997), Serpa (1998), Santiago do Cacém (1999) e Monforte (2001). Uma dúzia de edições que passaram por temas quase sempre relacionados com a agenda política do País – como a integração de Portugal no Mercado Comum, no fórum de 1989, em Elvas, ou o modelo das regiões administrativas, que motivou o congresso extraordinário de Serpa, em 1998 – e com realidades específicas da região, destacando-se aqui a sessão extraordinária de Beja, em 1992, em tempos de seca prolongada, em que se reiterou a urgência da construção do empreendimento de fins múltiplos de Alqueva como factor de desenvolvimento. ◀

Plateia bem composta em Montemor-o-Novo

Se a palavra dada ao “Diário do Alentejo” for cumprida, o Congresso Alentejo XXI terá uma das plateias mais bem compostas e diversificadas dos últimos anos. Embora alguns queiram “ver para crer”, parece consensual que o esforço de abertura do congresso vai estar reflectido no auditório do Cine-teatro Curvo Semedo, em Montemor-o-Novo.

Curiosamente, um dos grandes ausentes será o presidente da Federação Regional do PS do Baixo Alentejo, Luís Pita Ameixa, que não estará presente “por razões de carácter pessoal e não por razões de carácter político”. Segundo explica, o fim-de-semana será ocupado “a ver um familiar que está hospitalizado no Porto”.

Apesar da ausência do líder, o PS baixo alentejano deverá



Francisco Orelha, Rogério de Brito, António Sebastião e Luís Serrano são as presenças confirmadas

estar bem representado em Montemor, coisa que não acontece há várias edições. Francisco Orelha, presidente da Câmara de Cuba, é um dos que participará por considerar que a reunião pode significar “um passo importante”, tal como Nelson Berjano, de Barrancos, que estará presente “pela primeira vez”. Outro socialista presente

será o grandolense Carlos Beato, recém eleito presidente da Associação de Municípios de Beja, tal como Jorge Pulido Valente, que deverá participar, “pelo menos no sábado” e, provavelmente, com uma comunicação no âmbito do painel sobre despovoamento.

Também o PSD terá vários representantes em Montemor. José

Raul dos Santos não faltará e deverá intervir, o mesmo sucedendo com António Sebastião, de Almodôvar, que admite ter “alguma expectativa” com o encontro. O líder distrital laranja, Amílcar Mourão, “em princípio” vai ao congresso, e o governador civil de Beja, João Paulo Ramoa, está “a preparar tudo” para fazer o mesmo.

Na área da CDU, José

Maria Pós-de-Mina é um dos nomes confirmados, devendo discursar sobre as comunidades urbanas. O autarca alcacerense Rogério de Brito também será congressista, com uma intervenção preparada no domínio do Ordenamento e Gestão do Território. “Na condição de espectador” estará Fernando Caeiros, de Castro Verde, para

quem esta edição “deu um pequeno passo em frente”. De Beja, entre certamente muitos outros, viajarão o vereador Vítor Silva e o dirigente comunista António Vitória, que apesar de ter uma reunião do Comité Central do PCP, na sexta e no sábado, estará em Montemor “logo que acabe” esse compromisso.

Finalmente, refira-se ainda as presenças do sindicalista Casimiro Santos, da União de Sindicatos de Beja, e do presidente do Nerbe, Luís Serrano, que participa “pela primeira vez, com alguma expectativa de ver um congresso de todos os alentejanos e não apenas de forças políticas”. Ausente estará Hernâni Dias, líder da Associação Comercial bejense, “por razões pessoais”, embora tivesse “vontade de ir”. ◀



UMA FORÇA
DOS CONSUMIDORES

Diário do Alentejo

JORNAL REGIONALISTA INDEPENDENTE • SAI ÀS SEXTAS-FEIRAS • DIRECTOR: ANTÓNIO JOSÉ BRITO • ANO LXXII • N.º 1139 (II SÉRIE) • 20 DE FEVEREIRO DE 2004 • € 0,80



Alentejo XXI reforça-se e ganha novo impulso

Da 13ª edição do Congresso sobre o Alentejo, realizada no último fim-de-semana em Montemor-o-Novo, saiu a vontade de reunir esforços nas questões essenciais, deixando de lado as querelas partidárias. Um fórum que contou com aproximadamente mil inscritos e que prometia um momento de viragem ao nível da diversidade e riqueza da discussão, o que parece ter-se cumprido ► 4 e 5

Mais de 150 mil alentejanos receberam formação profissional

Entre 1987 e 2003 foram investidos no Alentejo em acções de formação geridas directamente pelo Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP) aproximadamente 354 milhões de euros. O número de pessoas abrangidas nesse período totaliza 150 492 e está relacionado, por um lado, com as necessidades detectadas no mercado de trabalho e, por outro, com a capacidade formativa existente. ► 10

Escola Mário Beirão de Beja aposta no combate ao insucesso

A Escola Mário Beirão, em Beja, está empenhada no combate ao insucesso e abandono escolar. Com esse objectivo tem vindo a desenvolver um projecto que pretende atingir todos os alunos que em algum momento do seu percurso académico manifestaram dificuldades de aprendizagem. Entre outras vertentes, o projecto contempla a realização de cursos de formação profissional para alunos que ultrapassam os 15 anos e atingem o final da escolaridade obrigatória sem terem concluído o 9º ano. ► 9

PAX JULIA NÃO VAI TER COMPANHIA RESIDENTE

ACTIVIDADE REGULAR DO PAX JULIA SERÁ ASSEGURADA
PELO DEPARTAMENTO SÓCIO-CULTURAL DA CÂMARA
ESPAÇO TERÁ CAPACIDADE PARA ALBERGAR
ESPECTÁCULOS, CONGRESSOS E EXPOSIÇÕES

A possibilidade de haver uma companhia residente no Cine-teatro Pax Julia, actualmente a beneficiar de obras de recuperação, está completamente posta de parte. Quem o afirma é o presidente da Câmara Municipal de Beja, a entidade proprietária do imóvel. Assim,

explica Carreira Marques, a autarquia terá a liberdade, que não teria com uma companhia residente, de fazer a programação cultural do espaço. As obras de recuperação, orçadas em cinco milhões de euros, deverão estar concluídas no final deste ano. ► 3



Filippo Pasko

Corridas em patins:
Três campeões
na cidade de Beja



Francisco George:
Médico, socialista
e bejense por opção



Francisco George: Médico, socialista e bejense por opção

Francisco George, de 56 anos, é subdirector-geral da Saúde. Médico especialista em saúde pública, chegou ao Alentejo há quase 30 anos e, entretanto, esteve em África mais de uma década como funcionário da OMS. Não quis falar de política mas abordou em entrevista ao "DA" o seu percurso profissional.

POLÍTICA

PCP satisfeito com Alentejo XXI

A forma como decorreu, no passado fim-de-semana, o Congresso Alentejo XXI constitui, para a Direcção Regional do Alentejo (DRA) do PCP, um “testemunho da elevada consciência cívica e democrática dos alentejanos”. Em comunicado, onde manifesta a sua “satisfação” por ver na mesma sala “comunistas, socialistas, sociais-democratas, homens e mulheres sem filiação partidária”, a estrutura partidária avalia a iniciativa como um “inegável êxito”, realçando a “vitória do diálogo, da tolerância, de todos aqueles que apostaram na superação de preconceitos e de sectarismos estereis”, em nome de “uma voz forte e credível” junto do poder central e de Bruxelas. Fazendo referência à nova legislação sobre o associativismo intermunicipal, um dos assun-

tos em discussão, os comunistas destacam como “mensagem clara que todos devemos ter presente” a necessidade de “encontrar rapidamente uma solução consensual” que tenha em conta simultaneamente “a unidade territorial e o planeamento estratégico para todo o Alentejo”, assim com a “realidade e diversidade das suas quatro sub-regiões”. O processo, acrescentam, “só terá solução na base de um acordo sério entre as três forças políticas” representadas nos 47 municípios que integram a região.

O comunicado faz também referência ao 83º aniversário do PCP, cujas comemorações na região decorrerão ao longo do próximo mês de Março, estando prevista uma sessão comemorativa, em Évora (auditório da Universidade), no dia 7, com a participação secretário-geral, Carlos Carvalhas. ◀

BEJA

Alargamento de UE em debate

Aproximar a Europa dos cidadãos e diminuir o défice de informação sobre a União Europeia é um dos objectivos do 2º Ciclo de Debates sobre o Alargamento da União Europeia que prossegue no Instituto Politécnico de Beja (IPB), na próxima quinta-feira, dia 26, a partir das 21 e 30 horas.

“Que modelo económico e social numa Europa alargada?” é o tema do segundo debate deste ciclo e conta com a presença do deputado Honório Novo e de José Manuel Caetano, da Universidade de Évora. No dia 4 de Março, “A experiência da Convenção Europeia” leva os deputados e membros da convenção, Maria Eduarda Azevedo e Alberto Costa, e Bruno Dias Pinheiro, membro da Convenção de Jovens da Europa, ao IPB para o terceiro e último debate. Para encerrar este ciclo, o IPB convidou Aníbal Cavaco Silva para a

conferência “As implicações do Pacto de Estabilidade”, prevista para Abril/Maio.

O 2º Ciclo de Debates sobre o alargamento da União Europeia é promovido pelo Centro de Documentação Europeia do IPB e integra-se no plano de actividades sobre o alargamento da UE 2003. A iniciativa pretende promover a reflexão e o debate sobre os desafios e oportunidades para Portugal decorrentes do alargamento, através “de uma aproximação entre os cidadãos, instituições e os responsáveis políticos. De acordo com a organização, e “para que os debates sejam o mais frutífero possível”, serão convidados diversos agentes locais e regionais que, em espaço próprio, terão oportunidade de esclarecer as suas dúvidas e exprimir opiniões, “em especial acerca do reflexo que o alargamento possa ter numa região tão deprimida como o Alentejo”. ◀

ALJUSTREL

GNR vai ter novo quartel

Foi assinado na quarta-feira, em cerimónia que contou com as presenças do secretário Adjunto do ministro das Administração Interna, Pais de Sousa, e do governador civil do distrito de Beja, João Paulo Ramoa, o auto de consignação que permite que as novas instalações do destacamento da GNR de Aljustrel sejam uma realidade. Recorde-se que aquele destacamento está instalado num edifício bastante degradado, com infiltrações de água e paredes a ruir. Condições que

têm vindo a ser contestadas ao longo dos anos quer pela Câmara Municipal de Aljustrel quer pela Associação de Profissionais da Guarda (APG), dado que as mesmas acabam por condicionar o exercício da actividade dos profissionais da guarda. De acordo com informações divulgadas recentemente pelo Governo Civil, a construção das novas instalações deverá arrancar nos próximos dias, num investimento superior a um milhão de euros, tendo como prazo de execução um ano. ◀



PROGRAMAÇÃO CULTURAL DO CINE-TEATRO ARRANCA EM 2005

Pax Julia não vai ter companhia residente

As obras de recuperação do cine-teatro Pax Julia deverão terminar em finais deste ano e a Câmara Municipal de Beja prepara já a programação cultural daquele espaço, a partir de 2005.

TEXTO CARLOS LOPES PEREIRA

O cine-teatro Pax Julia, actualmente a beneficiar de obras de recuperação, deverá estar pronto em finais deste ano e, desde já, a Câmara Municipal de Beja, proprietária do imóvel, prepara a programação das actividades culturais regulares naquele espaço.

O actual projecto de recuperação está orçado em cinco milhões de euros, dos quais 70 por cento serão financiados pelo Programa Operacional da Região do Alentejo. A Câmara Municipal de Beja avançou com as obras, tendo suportado a totalidade dos custos da primeira fase e recebido,

posteriormente, uma comparticipação de um milhão de euros do Ministério da Cultura.

À questão de saber quais as ideias existentes e que planificação há para a utilização futura do Pax Julia, o presidente da Câmara Municipal de Beja explica: “As ideias vão amadurecendo à medida que o tempo vai passando. O Pax Julia vai ser um espaço multifacetado, albergando não só o teatro como todas as artes de palco e servindo de auditório para congressos e seminários de toda a espécie. Tem capacidade para isso – vai ter duas salas, a maior com 750 lugares, e a menor, tipo estúdio, sem palco fixo, com 143 lugares. O átrio do rés-do-chão pode servir também para exposições de artes plásticas”. E, acrescenta Carreira Marques, “uma vez que as obras deverão estar concluídas só no final de 2004, torna-se necessário apenas na ponta final do ano começar a contratar o pessoal técnico absolutamente indispensável (isso está consignado no contrato-programa que fizemos

com o Ministério da Cultura), nomeadamente técnicos de som e de luzes, de que a Câmara de Beja não dispõe”.

Liberdade para fazer a programação cultural

Quanto à programação e à direcção artística do cine-teatro, o autarca bejense diz que “não estamos preocupados porque o departamento sócio-cultural da câmara assegurará a actividade regular no Pax Julia. A possibilidade de haver uma companhia residente, ideia que antes alvitramos, está completamente posta de parte, não vamos avançar com isso. Queremos que o Pax Julia venha a ser um pólo de acolhimento de espectáculos e também, sempre que possível, lugar de estreias de espectáculos produzidos localmente. Queremos ter a liberdade – que não teríamos com uma companhia residente – de fazer a programação cultural do espaço”.

Neste momento, segundo Carreira Marques, “as ideias estão perfeitamente claras, o que não

está claro – tendo em conta a situação financeira do município – é o respectivo orçamento, há que fazer contas. Mas estamos ainda no princípio de 2004 e a obra só ficará pronta em finais do ano. Nos últimos meses do ano, até porque temos de considerar a estimativa de custos para o orçamento para 2005, faremos a previsão de quanto custará o funcionamento daquele espaço. Estamos perfeitamente a acompanhar o evoluir da recuperação do Pax Julia e o que ela traz de responsabilidade no que se refere à preparação da sua abertura e do seu normal funcionamento. Mas ainda é cedo para concretizar alguns aspectos, tanto mais que se fizessemos agora a contratação de técnicos eles ficariam de braços cruzados a olhar para a obra e isso não faz sentido nenhum”.

Construído em finais da década de Vinte do século passado, o Pax Julia foi remodelado em 1949 e passou então a funcionar sobretudo como sala de cinema até ao encerramento, em finais dos anos Oitenta, altura em que foi adquirido pela autarquia bejense. ◀

CENTRO HOSPITALAR DO ALENTEJO SUL

PS quer saber detalhes do processo

Os deputados socialistas Luís Miranda e Rui Cunha, eleitos por Beja, decidiram questionar o Governo, através do ministro da Saúde, sobre a criação do Centro Hospitalar do Alentejo Sul, que englobará o Hospital de José Joaquim Fernandes, de Beja, e o Hospital de S. Paulo,

de Serpa. No requerimento, os deputados, considerando as valências existentes, actualmente, no Hospital de S. Paulo, que, “desde a sua reactivação, em meados da década de 80, com o beneplácito da então ministra da Saúde dra. Leonor Beleza, se pretendia como um hospital virado para a satisfação de necessida-

des de saúde da comunidade, e tendo em conta notícias vindas a público num dos principais diários de referência “Público” de 29 de Janeiro, 2004”, querem saber “qual o fundamento das informações relatadas conducentes à transformação do hospital de São Paulo numa unidade de internamento de retaguarda

para satisfação das necessidades do Hospital José Joaquim Fernandes”. Luís Miranda e Rui Cunha pretendem também saber se as autarquias dos municípios abrangidos pelo processo (Beja e Serpa) “foram ou estão a ser” ouvidas sobre o processo e, em caso afirmativo, “se deram o seu acordo”. ◀

“PROCURA DE CONSENSOS” PARA UMA VOZ FORTE EM LISBOA E BRUXELAS

Alentejo XXI reforça-se e ganha novo impulso

Desta 13ª edição do Congresso, a mais participada de sempre, saiu a vontade de reunir esforços nas questões essenciais, deixando de lado as querelas partidárias.

REPORTAGEM CARLA FERREIRA
FOTOS JOSÉ FERROLHO

Porque os problemas do Alentejo não se resolvem “apenas com a vontade dos alentejanos”, mercê das políticas nacionais e comunitárias a que a região está sujeita, urge ganhar “capacidade política para fazer ouvir a nossa voz junto do poder político central, em Lisboa, e em Bruxelas”, só possível na “procura de consensos” entre todos os quadrantes políticos, sociais, territoriais e culturais. Eis o grande desafio saído do Congresso Alentejo XXI, que chegou ao fim no último domingo, 15, em Montemor-o-Novo, sob o tema “Alentejo, região portuguesa e europeia: os desafios da globalização e do desenvolvimento”.

Foi sem dúvida a mais participada de todas as edições. Em representação de associações, instituições de ensino superior, sindicatos, partidos políticos ou autarquias, foram aproximadamente mil os inscritos neste fórum, que já se realiza há quase duas décadas. Durante os dois dias de trabalhos, que se dividiram entre o Cine-teatro Curvo Semedo e as sociedades Pedrista e Carlista, foi clara a vontade de ter uma palavra a dizer, como aliás ficou patente no volume de propostas de intervenção, o suficiente para motivar, pelo menos, mais um dia de congresso.

Aos arrufos partidários parece ter-se sobreposto o saudável debate de ideias, em que as óbvias diferenças não tiveram força suficiente para esmagar os pontos de concordância. Um deles, tal como ficou expresso nas conclusões, apresentadas por Carlos Pinto de Sá, presidente da Câmara Municipal anfitriã, diz respeito à elaboração “em novos moldes” de um plano de desenvolvimento estratégico para o Alentejo, “que defina, avalie, operacionalize e calendarize” metas e que tenha obviamente em conta o próximo Quadro Comunitário de Apoio (2007/2013), cuja grande aposta será o conhecimento e a qualificação. Um segundo prende-se com a “necessidade da emergência de uma nova base económica”, em nome do emprego, da riqueza, do investimento e, em última instância, da fixação de população. “É imprescindível e determinante que se criem postos de trabalhos. Não



há alternativa”, disse o autarca, não esquecendo as projecções demográficas do Instituto Nacional de Estatística, que apontam, em 2025, para um Alentejo habitado por pouco mais de 448 mil pessoas, quase metade do número de alentejanos residentes da década de 50.

Finalmente, não houve dúvidas quanto à intenção de preser-

var a identidade histórica e cultural do Alentejo, “uma riqueza fundamental” que, segundo os congressistas, decorre de uma igual manutenção da “integridade territorial”. Com o novo quadro legal, o chamado “pacote de descentralização”, que propõe as chamadas áreas metropolitanas e as comunidades intermunicipais, estão lançados novos dados

em termos de ordenamento. Mas do congresso não saiu nenhuma decisão a este respeito. “Não estamos em condições, neste momento, de dizer ‘a solução é esta’”, referiu Carlos Pinto de Sá, sublinhando ter ficado claro que, “em termos estratégicos, devemos aspirar à região Alentejo”, mas sem prejuízo de uma continuidade do debate. ◀

TIRAR O “MÁXIMO DE PROVEITO” DE ALQUEVA

Franquelim Alves, secretário de Estado Adjunto do ministro da Economia, foi o representante do Governo no Congresso Alentejo XXI. O seu discurso, na sessão de abertura, centrou-se nos “desafios globais” que Portugal tem que enfrentar com “flexibilidade do desenvolvimento económico”, uma vez inserido no espaço “económico e político aberto” que é a União Europeia, prestes a abrir portas (a partir de Maio) a uma dezena de novos membros. Quanto ao Alentejo, o governante destacou os projectos de Alqueva, lembrando que “mais do que criticar o que está mal, chegou o momento de tirarmos o máximo de proveito deste investimento, que está feito e é um compromisso feito pelo Estado”, e do porto de Sines, cujo impacto na região será tanto maior quanto ele for associado a uma “aposta no transporte ferroviário” e à natureza de “porto oceânico de profundidade”. Muitas outras personalidades subiram à tribuna

na manhã de sábado. O socialista Capoulas Santos lembrou como, com o alargamento do espaço europeu, Portugal e o Alentejo ficarão “estatisticamente mais ricos”, porém “mais periféricos e inseridos num quadro competitivo mais exigente”. Lino de Carvalho, do PCP, considerou “irracional” a hipótese de o Alentejo poder ser dividido em pequenas unidades territoriais, com base no novo “pacote de descentralização”, na medida em que isso se traduziria “numa fragilização ainda maior da voz” da região. O reitor da Universidade de Évora, Manuel Ferreira Patrício, defendeu a necessidade de “forçarmos o Governo a adoptar uma política de discriminação positiva”, e o sindicalista Carvalho da Silva deu os parabéns ao fórum pelo seu carácter de “oferta de capacidades”, onde se assumem diferenças ideológicas, em contraposição ao recente encontro de gestores no Convento do Beato (Lisboa) onde “a ideologia é o cifrão”. ◀

os painéis

Em defesa da aldeia

Conscientes de que, progressivamente, as aldeias alentejanas têm vindo a perder a sua “alma”, os congressistas reunidos no painel sobre o despovoamento defenderam uma inversão na “actual lógica económica regional, que promove a criação de oásis/centros urbanos em vias de desenvolvimento, no meio de um Alentejo desertificado”. Entre os instrumentos de captação e fixação de recursos humanos qualificados nos meios rurais, o painel 1 destacou a “reconversão da agricultura tradicional”, a criação de novas valências no ensino superior que produzam técnicos qualificados para áreas deficitárias na região,

como é o caso da saúde, e a valorização e promoção das identidades locais como forma de gerar “capacidade de atracção turística”. Quanto à imigração, uma realidade já incontornável na região (perto de 25 mil imigrantes, repartidos pelos quatro distritos alentejanos), o fenómeno foi encarado como sendo “uma oportunidade” e “parte da solução” do problema ali discutido. Também em defesa da aldeia, foi aprovada por unanimidade uma recomendação ao Congresso para que promova uma “iniciativa tendente a salientar a importância das freguesias e a revalorizar a sua importância na gestão democrática”. ◀

Desenvolver com os que cá estão

Deve abandonar-se, de uma vez por todas, as lamúrias em torno do despovoamento para entrar no ciclo do “desenvolvimento de baixa densidade populacional”, o que é o mesmo que dizer, na perspectiva de Fernando Oliveira Baptista, antigo ministro da Agricultura, que “o desenvolvimento deve fazer-se com os que cá estão”. Centrando-se nas cidades, através da sua dupla capacidade de articulação do espaço rural com o exterior da região e de “pólos potenciadores da diversificação das actividades”. Esta foi uma das principais ideias defendidas no âmbito do painel sobre a base económica da região, onde se concentrou o maior número de intervenções. Outro professor universitário, Carlos Zorrinho, e antigo governante

socialista, falou do Alentejo como “um pilar determinante das soluções de progresso para Portugal”, região que tem como oportunidades “um território ambientalmente preservado”, uma “identidade forte”, um “elevado potencial para o desenvolvimento de fluxos turísticos de qualidade” e ainda “acessibilidades privilegiadas por terra, mar e ar”, para além de recursos técnicos e produtivos para “uma reconversão sólida do seu modelo agrícola”. Quanto ao triângulo Sines/Alqueva/Aeroporto de Beja, Zorrinho lembrou que não é possível medir resultados se a estratégia em causa ainda “não foi concretizada”, o que só poderá acontecer se as referidas políticas forem postas em prática “simultaneamente, de forma sinérgica e agregada”. ◀

Máxima dimensão com máxima coesão

Pela sua actualidade, tendo em conta o novo e recente quadro legal, a problemática da descentralização dominou o painel sobre o ordenamento do território, onde a discussão se revelou bastante acesa. Ainda assim sobressaiu uma tendência global para a defesa de uma área metropolitana para o Alentejo, por ser a “resposta mais condicente com a defesa da regionalização, consagrada na Constituição” e ainda por, através dessa via, se obter “maior poder de reivindicação” e eventualmente um quadro de “descentralização de competências da administração central”. O turismo, nomeadamente através da Associação das Regiões de Turismo do Alentejo (ARTA), foi dado como exemplo de um sector onde a estratégia de um “Alentejo coeso” tem

dado frutos. Porém, antes que se avance para este modelo, é necessário ter garantidas condições de coesão e consenso. Como referiu Carlos Zorrinho, professor universitário, “se for possível a máxima dimensão com a máxima coesão, avancemos”, caso contrário será preferível pensar, ainda que temporariamente em comunidades sub-regionais “coesas” que, a prazo, se unam e cheguem à dimensão de uma região administrativa única. Por questões de “governabilidade”, houve quem defendesse, como António Camilo, autarca de Odemira, uma comunidade urbana para o Baixo Alentejo (distrito de Beja e Litoral Alentejano), inclusivamente como forma de responder ao “sentido de voto expresso pelas populações” daquela sub-região em sede de referendo. ◀



SECRETARIADO EVOLUI PARA COMPOSIÇÃO REFORMULADA

Beja acolhe congresso em 2006

A proposta de modelo, estrutura e funcionamento de futuros encontros, apresentada pelo secretariado aos congressistas, acabou por não sofrer quaisquer alterações. Deste modo, para além do espírito de “espaço privilegiado de debate e consensualização de posições em prol das grandes questões necessárias ao desenvolvimento do Alentejo”, fica assente a criação de um Conselho Consultivo. O organismo, composto essencialmente por representantes das instituições que actualmente integram o Conselho Regional

do Alentejo, deve reunir-se duas vezes por ano e desempenhar funções de “consulta e orientação geral do secretariado”, no que toca, por exemplo, à definição dos traços fundamentais do Congresso. Como órgão executivo permanente, mantém-se o actual secretariado, que deverá “evoluir” para a seguinte composição: Câmara Municipal anfitriã; Universidade de Évora; quatro câmaras, uma de cada sub-região (Évora, Portalegre, Beja, Sines); dois representantes empresariais e outros dois do sector sindical; Casa do Alentejo; personalidades de re-

conhecido valor a convidar pelo secretariado.

Quanto à periodicidade, fica decidida a realização de dois em dois anos, admitindo-se sessões extraordinárias para “questões absolutamente excepcionais” e evitando-se a aproximação a períodos eleitorais. A itinerância pelas quatro sub-regiões mantém-se, pelo que a próxima edição, de acordo com o princípio da rotatividade, deverá realizar-se no distrito de Beja, em local ainda a decidir pelo Conselho Consultivo, uma vez que o próprio Congresso não deliberou nesse sentido.

Refira-se, ainda, que o “Diário do Alentejo” é uma das entidades que a partir deste Congresso deixa de figurar no secretariado. Uma decisão que resulta da posição assumida em conjunto pela actual direcção e pelo conselho de administração da Associação de Municípios do Distrito de Beja (AMDB). Aliás, já durante o processo de preparação do Congresso de Montemor, o jornal esteve representado nas reuniões por um elemento designado pela administração da AMDB, o mesmo sucedendo durante a iniciativa. ◀

FIGURAS DE TODAS AS ÁREAS POLÍTICAS NÃO FALTARAM AO CONGRESSO

Representatividade nunca vista



Tal como já se esperava, a plateia do congresso registou uma forte representatividade de todos os sectores políticos e sociais do Alentejo. Assim se explica a presença de centenas de congressistas que, ao contrário das edições mais recentes, emprestaram um tom de pluralidade como há muito não se via.

Depois de ausentes durante várias edições, dirigentes e autarcas socialistas do Baixo Alentejo voltaram em peso, e não apenas como observadores, tendo apostado numa participação interventiva. Entre eles destaca-se o presidente da Câmara de Odemira, António Camilo, mas também o novo líder da Associação de Municípios do Distrito de Beja e autarca de Grândola, Carlos Beato. Autarcas como Nelson Berjano (Barrancos), António Paiva (Alvito), Francisco Orelha (Cuba), Manuel Burriga (Campo Maior), Rondão de Almeida (Elvas) ou Vítor Martelo (Reguengos de Monsaraz), não faltaram ao congresso, onde também estiveram Capoulas Santos e Carlos Zorrinho, dois destacados dirigentes do PS eborense, que tiveram participação muito activa no conclave.

A exemplo dos socialistas, também os sociais-democratas quiseram participar no “novo impulso”

que parece ter ganho o congresso alentejano. Os líderes das distritais de Évora e Beja, António Sousa e Amílcar Mourão, e os autarcas Hemetério Cruz (Alter do Chão), António Sebastião (Almodôvar) e José Raul Santos (Ourique) não faltaram.

Da área da CDU também esteve uma ampla representatividade, com eleitos locais como Carreira Marques (Beja), Lopes Guerreiro (Alvito), Manuel Coelho (Sines), José Pós-de-Mina (Moura), José Godinho (Aljustrel), Fernando Caeiros (Castro Verde), Alfredo Barroso (Redondo), José Sinogas (Mora), o anfitrião Carlos Pinto de Sá ou os dirigentes José Soeiro e António Vitória.

Refira-se ainda a presença notada dos presidentes das regiões de turismo Planície Dourada, Vítor Silva, e de Évora, Andrade Santos. Do ex-presidente da Câmara de Évora, Abílio Fernandes, do dirigente do Bloco de Esquerda Alberto Matos, ou do presidente da CCDR Alentejo, João Transmontano, e do vice-presidente, Fernando Travassos.

Em cerca de mil participantes, houve também lugar para sindicalistas, dirigentes do movimento associativo, inúmeros autarcas das freguesias, docentes e ou simples estudiosos da vasta região alentejana. ◀

Ambiente de satisfação à saída

Todos, independentemente das suas crenças políticas, parecem ter saído satisfeitos desta 13.ª edição do fórum dos alentejanos, que prometia um momento de viragem e, pelo vistos, cumpriu. “Neste espaço só não falou quem não quis”, considerou o presidente da Câmara Municipal de Odemira, António Camilo, dando os parabéns ao trabalho preparatório do secretariado no sentido de conseguir “criar aqui um grupo homogéneo mas diversificado entre si”. O autarca socialista, que defendeu uma Comunidade Urbana para o distrito de Beja e Litoral Alentejano, opondo-se assim àquilo que foi a “corrente maioritária” da região Alentejo, louva por isso o facto de não ter ouvido “assobios” nem “sapatos a bater no chão”. Da mesma área política, o antigo ministro da Agricultura e presidente da Assembleia Municipal de Évora, Capoulas Santos, sublinhou também a grande participação verificada, para a qual julga ter sido determinante a “postura que o Partido Socialista adoptou” no processo, e disse estarem criadas todas as condições para que o congresso possa constituir, no futuro, “um lobby de pressão e de reivindicação, que seja ouvido de forma diferente em relação ao passado”.

De bom humor saíram também os autarcas comunistas. José Maria Pós-de-Mina, presidente do município de Moura, deu destaque a uma “participação diversificada e qualificada”, fazendo fé em que o “clima de consenso” verificado se estenda também ao “período pós-congresso”, enquanto que José Godinho, edil de Aljustrel – também satisfeito com a “riqueza dos contributos” – referiu a importância de, no que toca às “questões essenciais”, se ter chegado a uma “grande convergência de opiniões”. Já João Andrade dos Santos, presidente da Região de Turismo de Évora, reconhecendo que esta edição “mobilizou muito mais gente”, não notou diferenças relativamente à abertura da discussão, “que foi a que sempre houve, não me parece que as regras do jogo tenham mudado radicalmente”. O economista acredita também que deste congresso poderá sair “um reforço da unidade dos alentejanos, do ponto de vista da mensagem”, postura que em sectores como o turismo “já deu bons resultados”.

Agradado com a “ausência aparente de partidatismo” ficou o presidente da comissão política distrital de Évora do PSD, António Sousa, para quem ficou clara a vontade de “uma só voz para a solução dos problemas da região”. Quanto ao seu homólogo de Beja, Amílcar Mourão,

apesar de algumas reservas em reconhecer um “sucesso absoluto”, fala de um congresso “melhor do que os anteriores”, cujos resultados no terreno dependerão muito da forma como “arregaçarmos as mangas e começarmos nós próprios a trabalhar para fazer o nosso futuro, sem estar à espera que o Estado venha cá fazer tudo.”

Dos líderes partidários nacionais, só Carlos Carvalhas, do PCP, esteve presente no congresso de Montemor-o-Novo, onde, após o encerramento, avaliou a iniciativa como um “êxito” e defendeu “a concretização das propostas e vontades que as diversas forças políticas e sociais manifestaram”. O dirigente reiterou ainda a necessidade de “uma discriminação positiva para o Alentejo e para o interior do País com medidas concretas”. ◀



▶ Carlos Pinto de Sá



▶ Capoulas Santos



▶ Amílcar Mourão



▶ José Godinho

Uma verdade que custa a ouvir

Nem de propósito. Na intervenção que fiz no último congresso sobre o Alentejo, focava, a dado passo, a necessidade que tínhamos de mudar de atitude relativamente ao modo como temos encarado a nossa posição no contexto comunitário.

Pois bem. Ficamos agora a saber que Bruxelas já disse que vai deixar de alimentar a política do betão e do asfalto e que o objectivo passa a ser a valorização das pessoas, neste caso dos portugueses.

E vai mais longe no argumentário. A Comunidade Europeia critica a excessiva concentração, em Lisboa, dos investimentos com auto-estradas, referindo o paradoxo que é Portugal, após quase 20 anos a fazer parte da União Europeia, estar atrás dos 10 novos estados membros, no que diz respeito à qualidade do ensino e à produtividade média dos portugueses.

É uma conclusão arrasadora, que deveria envergonhar os mentores das políticas de desenvolvimento praticadas em Portugal e baseadas na aplicação dos fundos comunitários.

É uma qualificação que nos deve entristecer, quando nos corredores de Bruxelas se aponta Portugal como o exemplo acabado de um país que não soube aplicar convenientemente o dinheiro que recebeu.

A História não deixará de registar este período, tal como regista o aproveitamento que fizemos das riquezas provenientes da venda das especiarias vindas da Índia.

Não é uma comparação tão despicienda como isso. Nos momentos históricos em que tivemos condições para dar um enorme salto no nosso desenvolvimento, nós preferimos gastar o dinheiro na ostentação e no desperdício.

Não falo daqueles que nunca tiveram acesso às benesses

do orçamento comunitário. Refiro-me aos muitos, muitos milhões que desapareceram no sorvedouro da inutilidade, do capricho de quem utilizou em proveito próprio o que deveria ser investido em função dos interesses colectivos.

E de tal forma é o desconchavo, que as instituições comunitárias entenderam impor condições para a utilização de novos financiamentos.

A partir de 2007, e até 2013, os fundos comunitários vão ser canalizados para a qualificação dos recursos humanos, a investigação científica e a inovação. Este critério vai doer a muita gente.

Curiosamente esta orientação da Comissão Europeia dá cumprimento à chamada estratégia de Lisboa, uma decisão que compromete toda a comunidade no que diz respeito às opções a tomar em termos de aplicação dos fundos estruturais.

A lição que estamos a receber acaba por bulir com a nossa auto-estima, com o nosso orgulho. Mas confesso que não temos razões para nos sentirmos melindrados com a leitura feita por Bruxelas.

Merecemos o que nos está acontecer. Já que nós não fomos capazes por nossa livre iniciativa de arrear caminho.

Mas é óbvio que nesta matéria há uns mais culpados que outros. E quando a Comunidade Europeia vem dizer que Lisboa teve betão e asfalto em excesso, fica demonstrado como a administração central, os governos que geriram os fundos estruturais, deram um forte contributo para a desertificação do interior do País.

Este fenómeno já vinha de trás, mas a nova realidade chamada integração europeia contribuiu para aumentar o profundo fosso já existente. Mas se antes a desertificação



► José Raul Santos

É uma qualificação que nos deve entristecer, quando nos corredores de Bruxelas se aponta Portugal como o exemplo acabado de um país que não soube aplicar convenientemente o dinheiro que recebeu.

resultou de um sistema totalitário, que produziu uma sociedade injusta, a aceitação do nosso país no seio das sociedades mais evoluídas deveria ter constituído um incentivo, um sinal para mudar de rumo.

Evoluímos, é certo, mas muito menos do que aquilo que era necessário. Hoje lembramos com demasiada frequência o exemplo da Espanha. Só em parte o que se passou no país vizinho pode servir de orientação. No meu ponto de vista o sucesso maior na integração comunitária foi alcançado por um país tão ou mais pobre que o nosso e que hoje detém uma das mais sólidas economias da União Europeia a par de um desenvolvimento fantástico em termos técnicos e científicos. Refiro-me à Irlanda. Comparativamente temos muito mais quilometragem de auto-estradas que este país. Mas enquanto nós fizemos estradas para nos matarmos, numa tresloucada carnificina, os irlandeses optaram pela construção de escolas e universidades que dotaram os cidadãos de capacidade produtiva assinalável.

Voltando ao congresso sobre o Alentejo, recordo o que disse um vereador da câmara de Portalegre que perguntava: O que é nos falta? A nós alentejanos para nos lançarmos na senda do desenvolvimento e do progresso.

Falta capacidade de decisão e coragem para acabar com medo de tomar posição, de ser diferente, de ousar questionar e contestar o sistema que governa um país a duas velocidades.

Falta vontade de acabar com os diferentes modos de acomodação, ao deixa andar, ao “ não te rales que morres novo”, acreditando que a solução acaba sempre por chegar sob a forma de subsídio ou de outro tipo de benesse.

Por enquanto, este raciocínio não passa de uma fantasia. Mas que diabo, água mole em pedra dura... ◄



► Francisco do Ó Pacheco

As sementes que este congresso lançou à terra vão frutificar e colheremos mais tarde, se não estragarmos a sementeira, os saborosos frutos do desenvolvimento sustentável com a marca de qualidade reconhecida mundialmente “Alentejo”.

A dada altura da sua comunicação, o sr. reitor da Universidade de Évora considerou o Congresso Alentejo XXI, e os seus congressistas, como a equipa dos “semeadores de novos rumos”. Equipa esta, digo eu, a jogar em casa, claro, já que o congresso decorria em Montemor-o-Novo e o adversário deste jogo era poderoso. Tratava-se, e trata-se ainda, de disputar o jogo contra o despovoamento, a desertificação, a recessão económica e social.

À equipa dos “semeadores de novos rumos” compete jogar o jogo com arreganho e ganhá-lo sem quaisquer margens de dúvida. Demore o tempo que demorar.

Mas atenção, a equipa dos “semeadores” parece carecer de treinador habilitado, segundo algumas vozes avisadas e mentes de credibilidade estabelecida.

A equipa não é homogénea. Tem muitos pontos fortes e alguns pontos fracos ou muito fracos.

Pontos fortes: a defesa e o meio-campo dos alentejanos. A defesa tem elementos muito fortes que fazem não só o papel de defesas laterais como reforçam de forma determinante todo o meio campo.

A defesa-esquerdo, o Litoral, muito forte, onde o porto (Sines) marca não só o avançado da equipa adversária como também toda a zona da esquerda média-defensiva. Se o Litoral entrasse nas cotações do mercado europeu de jogadores, estaria seguramente ao nível do Figo ou do Zidane.

A defesa-direito, o fotovoltaico, recente aquisição da equipa dos “semeadores”, oriundo das bandas da Amareleja,

em Moura, e cuja energia é, ou melhor, poderá vir a ser eletrizante.

A dupla de centrais é esmagadora: o Alqueva e o aeroporto.

O Alqueva, enorme, um muro autêntico, faz lembrar a antiga defesa do Belenenses na década de 40, que se celebizou sob a designação das Torres de Belém. De facto, Alqueva poderá transformar-se no grande opositor à equipa da recessão económica. A melhoria da sua prestação poderá sair reforçada se a componente turística de Alqueva se reforçar, isto é, Alqueva deverá passear-se pela planície, por entre colinas e cerros dando-se a conhecer e inundando todos com a sua enorme capacidade de persuasão e beleza natural.

O outro central, o aeroporto, marca também posição indispensável. Faz compensações com qualquer dos laterais, tanto foge com o fotovoltaico, como com o Litoral, e é certamente com Alqueva que faz e fará uma dupla imbatível.

No centro do terreno, a equipa dos “semeadores de novos rumos” conta com o Évora, capital mundial da cultura e com a dupla Montemor e Vendas Novas p’ras questões mais duras. O Évora é um médio de enorme subtiliza, o seu toque de bola é de artista, de um dançarino de *ballet*.

O meio-campo fica ainda mais forte com a grandiosidade ornamental marmórea, onde o triângulo do Estremoz, do Borba e do Vila Viçosa fazem com a bola autênticos trabalhos de ourivesaria.

A parte mais fraca da equipa dos “semeadores” é a sua

Os semeadores de novos rumos

linha avançada. Para lá do TGV e do Elvas, que são uma espécie de municidores dos pontas-de-lança, as coisas complicam-se e muito.

O Portalegre ainda em baixo de forma, não acerta nunca na baliza adversária. O Nisa parece perdido no meio da defesa adversária e nem toca no esférico.

Algo tem de ser feito, e rapidamente, para que o ataque da equipa dos “semeadores”, possa aproximar-se da qualidade dos outros sectores da equipa.

É verdade, a baliza também está muito bem entregue. Apesar de alguns altos e baixos, o Pirite, guarda-redes da equipa, tem-se portado menos mal. Digamos que quando o cobre e o zinco estão em alta acerta melhor nas defesas, quando a época é de baixa, sempre vêm uns “frangos” à mistura. De facto a equipa não está coesa em todo o seu território.

Há que consolidar os sectores mais fortes ainda com pouco trabalho conjunto, e fazer com que estes, com entrosamento constante, reforcem e consolidem o ataque. Digamos que a defesa deve ajudar o meio-campo a ajudar o ataque, e este deve ajudar o meio-campo a ajudar a defesa, sempre que necessário.

De facto foi Grande o Congresso Alentejo XXI de Montemor-o-Novo nestes dias 14 e 15 de Fevereiro de 2004.

E refiro a data propositadamente, porque as sementes que este congresso lançou à terra vão frutificar e colheremos mais tarde, se não estragarmos a sementeira, os saborosos frutos do desenvolvimento sustentável com a marca de qualidade reconhecida mundialmente “Alentejo”. ◄

Alentejo XXI

De 14 e 15 de Fevereiro realizou-se em Montemor-o-Novo mais um congresso sobre o Alentejo, o 13º, ao que parece com a participação empenhada dos diversos sectores político-económicos da região. Regista-se e aplaude-se o facto e espera-se que o debate que aqui ocorreu possa vir a ter lugar em todos os fóruns que, com alguma regularidade, já se vão organizando na região.

É uma constatação óbvia, por razões que não importa agora referir, que o Alentejo ao longo dos tempos tem sido relegado em termos de desenvolvimento, com tudo o que isso implica, para uma posição periférica em relação ao litoral e aos grandes centros urbanos do País, cuja face mais visível tem sido o desemprego endémico responsável por um êxodo populacional sempre constante. Neste contexto importa que os alentejanos se consigam entender sobre um programa mínimo para a região, em torno do qual se possam juntar vontades e energias e, também em nome do qual, se possa afrontar, do ponto de vista reivindicativo, o poder central.

A meu ver, este programa mínimo deveria partir do princípio de que o lado positivo do nosso atraso, haveria de ser a mola propulsora do nosso futuro. Dito de outra maneira. Por força do nosso atraso, o Alentejo é, talvez, a zona do País onde a relação entre o homem e a natureza se tem feito de forma mais harmoniosa, aspecto bem visível, por enquanto, no traçado urbanístico das nossas localidades, na volumetria dos nossos edifícios, na tipologia arquitectónica das nossas casas, na despoluição do nosso ambiente, em suma, na nossa cultura. Este é, porventura, o único dado positivo que temos. E sobre ele, sem o alterar, sem o descaracterizar, é que deveríamos construir o nosso futuro. Esta é a vantagem comparativa que temos em re-

lação a outras regiões do país.

Estabelecida esta filosofia de desenvolvimento sustentado à medida e à escala do homem, é minha opinião que o programa mínimo de que falo para a região deveria passar, entre outros, pelos seguintes pontos:

1– Criação duma agricultura produtiva ligada ao regadio, potenciada pelo empreendimento do Alqueva e em estreita articulação com uma reestruturação fundiária capaz de fazer nascer do latifúndio centenas de explorações de tipo familiar, mecanizadas, e produzindo directamente para o mercado. Só uma alteração estrutural com estas características poderá contribuir para o reactivar das vilas e aldeias do Alentejo, travando-se, desta forma, a caminhada inexorável para o envelhecimento.

2 – Implementação duma revolução agrícola capaz de ajudar ao desenvolvimento duma agricultura alternativa e biológica, especialmente nas terras de regadio. Experiências de outros países mostram-nos que uma agricultura intensiva assente em produções fortemente dilapidadoras dos solos, conduz, a prazo, à desertificação do território, com tudo o que isso significa em termos de retrocesso desenvolvimentista irreversível.

3 – Concretização das infra-estruturas básicas de apoio ao desenvolvimento da região tal como já foram identificadas: aeroporto de Beja e porto de Sines, bem como diversas vias de comunicação com especial realce para a rede ferroviária eléctrica de que o Alentejo carece com urgência. O desenvolvimento sustentado da região à medida e à escala do homem exige que a mobilidade de pessoas e mercadorias se faça tendo por base transportes públicos e colectivos e, neste aspecto, o comboio eléctrico é decisivo.

4 – Execução e concretização dum plano de preservação patrimonial nas suas múltiplas vertentes (urbanística, arquitectónica, natural, etnográfica, histórica, etc.) em



► Constantino Piçarra

Numa região onde os recursos naturais não abundam o grosso do investimento deveria passar necessariamente pela qualificação das pessoas, transformando-se, assim, o ensino e a cultura nos efectivos motores do desenvolvimento regional.

estreita articulação com a implementação dum plano de fomento turístico para a região. Parece claro, até pela observação de experiências geograficamente próximas, que o incremento da indústria turística na região, se quiser ser uma efectiva alavanca dum desenvolvimento assente na harmonia entre o homem e a natureza, terá que traduzir-se na promoção da identidade do Alentejo e não na sua descaracterização patrimonial e cultural.

5– Concretização dum plano de valorização científica e cultural do Alentejo traduzido numa aposta inequívoca na criação dum ensino de excelência do básico ao superior, articulando-se este com centros de ponta ao nível da investigação. Numa região onde os recursos naturais não abundam o grosso do investimento deveria passar necessariamente pela qualificação das pessoas, transformando-se, assim, o ensino e a cultura nos efectivos motores do desenvolvimento regional.

6 – Controlo público sobre os recursos naturais de forma que todo o desenvolvimento se possa fazer em função dos interesses da região, ou seja, a adopção duma política em tudo contrária aquela que está a ser seguida neste momento pelo governo PSD/PP em relação à Somincor, empresa mineira sediada em Castro Verde, e a qual se está traduzindo na alienação de todo o capital que o estado aí detém, o que, a prazo, conduzirá a um tipo de exploração onde os interesses da região serão substituídos pelos interesses do capital. O despedimento do director dos serviços de geologia da Somincor, em simultâneo com o anúncio da venda da empresa à Eurozinc, é a este título bastante elucidativo.

Eis, pois, em minha opinião, seis pontos fundamentais a conter num programa mínimo para o Alentejo do século XXI, em torno do qual talvez valesse a pena entendermo-nos. ◀



► Jorge Pulido Valente

Cada vez mais é necessário encarar os nossos problemas estruturais de forma séria, corajosa, inovadora, rigorosa e célere.

Tem-se falado muito, novamente, na questão da viabilidade ou não de Portugal enquanto País independente e das vantagens e desvantagens de nos transformarmos em mais uma região da vizinha Espanha.

Em minha opinião é um absurdo evidente que tal possa vir a acontecer, quer porque nenhum português estaria disposto verdadeiramente a aceitá-lo quer porque, certamente, também os espanhóis dificilmente encontrariam motivos e vantagens que o justificassem.

No entanto, a recorrência deste tema justifica-se plenamente pelo facto dele surgir sobretudo como um novo grito de alerta relativamente à gravíssima situação para que o nosso País se encaminha muito mais rapidamente do que a maioria pensa. Para quem ainda tiver dúvidas basta consultar os mais recentes dados produzidos pela UE relativamente aos principais indicadores de desenvolvimento comparado dos vários países da comunidade. São deveras preocupantes, para não dizer assustadores!

Efectivamente, se atentarmos na realidade portuguesa, nos mais variados sectores, só poderemos chegar à conclusão de que cada vez mais é necessário encarar os nossos problemas estruturais de forma séria, corajosa, inovadora, rigorosa e célere.

Vejamos alguns exemplos elucidativos:

Um País nos limites!

– Todas as regiões rurais do interior, nomeadamente o Alentejo, apesar dos investimentos que se têm realizado, continuam num processo vertiginoso de despovoamento e de envelhecimento. No caso da nossa região, temos perdido 14 pessoas por dia nos últimos 10 anos. Este é um problema nacional, de modelo de desenvolvimento, e não apenas local, que sistematicamente sucessivos governos não quiseram ou não souberam encarar como de resolução prioritária. Qual o limite até onde se poderá chegar sem entrarmos em ruptura?

– Os níveis educativos e culturais continuam extremamente baixos não só no que respeita às competências básicas (elevadíssima taxa de analfabetismo) como também a nível da formação média e superior. Como poderemos modernizar e desenvolver o País se grande parte da população dificilmente compreende aquilo que com algum custo consegue ler? Que abertura à mudança, à inovação e aos desafios deste novo século poderá ter a nossa classe empresarial, pilar fundamental da economia, se a grande maioria continua a pensar nos recursos humanos qualificados e na educação e na formação como despesas e não como investimentos altamente reprodutivos? Qual o limite que nos separa, neste capítulo, dos países subdesenvolvidos?

– O nosso sistema jurídico e judicial e o seu funcionamento estão também no limite do admissível, oscilando, a

toda a hora, entre o excesso de legislação e a ausência de regulamentação, entre a excessividade de algumas leis e a demasiada benevolência de outras, entre a total impunidade para uns e o rigor exagerado para outros.

– Fora dos limites do razoável e do aceitável está já a demissão do Estado relativamente àquelas que deveriam ser as suas competências e responsabilidades obrigatórias aos mais diversos níveis e nos mais variados sectores, destacando-se pela negativa as áreas da Saúde, do Ensino, do Ambiente e da Administração Pública. O controle das contas públicas para diminuir o “deficit” não pode equivaler a um corte cego nas despesas indispensáveis para que o Estado assegure minimamente a sua missão de licenciador, regulador e fiscalizador. Se necessário for subam-se os impostos, não para todos mas apenas para aqueles que pagam muito pouco para os benefícios de que usufruem.

– A burocracia e a correspondente demora dos processos em nome das pretensa legalidade, transparência e do controle prévio dos procedimentos da administração pública já excederam todos os limites do imaginável. Dois casos concretos para ilustrar o referido: um concurso público para uma empreitada em Espanha chega a demorar seis meses menos do que em Portugal, a constituição de uma empresa cerca de um ano menos. Será que face à situação do País nos podemos dar a estes “luxos”? ◀